ISSN Impresso 1809-3280 | ISSN Eletrônico 2177-1758
www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas

ÍNDICE REMISSIVO TEMÁTICO
(PAGINAÇÃO BASEADA NOS VOLUMES IMPRESSOS)

DIREITO ADMINISTRATIVO

A EFICÁCIA DO DIREITO DE PREEMPÇÃO NO PLANO DIRETOR
..... Vol. 6, 191-206

A LIVRE APRECIAÇÃO DO MAGISTRADO NA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL
..... Vol. 3, 331-342

CONTROLE JURISDICIONAL E DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
..... Vol. 1, 195-202

DIREITO ADMINISTRATIVO, NORMA JURÍDICA E ATO ADMINISTRATIVO
..... Vol. 2, 190-201

DIREITO AMBIENTAL

A CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PROPRIEDADE DAS MINAS E A RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS AMBIENTAIS NUM CONTEXTO DE ECONOMIA DE MERCADO
..... Vol. 3, 437-461

A ECONOMIA PERVERSA: O IMPACTO DOS MERCADOS SOBRE O MEIO AMBIENTE
..... Vol. 6, 239-256

A IMPORTÂNCIA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE
..... Vol. 6, 77-86

A MATRIZ TEÓRICA DO DIREITO AMBIENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O FUNDAMENTO DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
..... Vol. 3, 71-83

ANÁLISE JURÍDICA DA POLUIÇÃO SONORA
..... Vol. 3, 557-574

A REGULAÇÃO DA ÁGUA NOS CAMPOS PETROLÍFEROS
..... Vol. 3, 471-496

A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A CIDADANIA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO A UM MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO
..... Vol. 3, 175-184

ASPECTOS GERAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
..... Vol. 2, 324-346

AVANÇOS E RETROCESSOS DO DIREITO DO AMBIENTE NA EUROPA COMUNITÁRIA: ANÁLISE CRÍTICA DA DIRECTIVA 2004/35/CE RELATIVA A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
..... Vol. 1, 74-94

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL
..... Vol. 5, 579-594

CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO
..... Vol. 4, 431-458

ESTUDO COMPARATIVO DA PROTEÇÃO CONCENTRADA DO MEIO AMBIENTE NOS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS DO BRASIL E DA COLÔMBIA
..... Vol. 4, 173-180

FUNDAMENTO E LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO-JUIZ NA ATIVIDADE PRIVADA EM RELAÇÃO AO BEM AMBIENTAL
..... Vol. 5, 87-98

IL RECEPIMENTO DELLA DIRETTIVA EUROPEA 2004/35/CE IN MATERIA DI RESPONSABILITÁ PER DANNI ALL'AMBIENTE: UM INCONCILIABILE COMPROMESSO ALL'ITALIANA
..... Vol. 6, 49-56

JURISGAIA: A QUESTÃO AMBIENTAL E OS LIMITES DE SUA INVOCAÇÃO
..... Vol. 4, 411-430

LEI DE BIOSSEGURANÇA E DEFESA DO MEIO AMBIENTE: A NECESSIDADE DE PREVINIR OS RISCOS LABORAIS
..... Vol. 2, 57-81

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
..... Vol. 1, 166-175

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
..... Vol. 6, 359-37

OMISSÃO INDIRETA E RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO
..... Vol. 4, 153-172

PRESSUPOSTOS PARA UMA TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL
..... Vol. 1, 127-165

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES AMBIENTAIS
..... Vol. 3, 217-230

DIREITO CIVIL

A BOA-FÉ CONTRATUAL NOS REGIMES JURÍDICOS DO CÓDIGO CIVIL E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
..... Vol. 4, 349-358

A REVISÃO CONTRATUAL: PRINCÍPIOS INFORMADORES E NOVAS PERSPECTIVAS
..... Vol. 3, 353-368

A SISTEMÁTICA DAS CLÁUSULAS GERAIS NO NOVO CÓDIGO CIVIL
..... Vol. 5, 455-470

O DIREITO AO CONHECIMENTO DA ASCENDÊNCIA BIOLÓGICA COMO UM NOVO DIREITO DA PERSONALIDADE
..... Vol. 6, 87-112

O PRINCÍPIO DA SOBERANIA DA VONTADE NO DIREITO PRIVADO: PERSPECTIVA HISTÓRICA, POLÍTICA, ECONÔMICA, JURÍDICA E FILOSÓFICA
..... Vol. 2, 27-40

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENFERMEIRO
..... Vol. 2, 260-269

RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NA CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA
..... Vol. 3, 29-52

UMA REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA DO INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
..... Vol. 5, 229-254

DIREITO CONSTITUCIONAL

ACESSO SUBSTANCIAL DOS DISCRIMINADOS À JUSTIÇA
..... Vol. 3, 19-26

A FORÇA NORMATIVA DAS DIRETRIZES DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE DO BRASIL
..... Vol. 6, 227-238

ALGUNAS CONSIDERACIONES CRÍTICAS SOBRE LOS PROCESOS CONSTITUYENTES EM ECUADOR Y VENEZUELA
..... Vol. 6, 307-316

A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA OFERECIDO PELA ENTIDADE FAMILIAR COMO GARANTIA REAL EM FAVOR DE PESSOA JURÍDICA
..... Vol. 4, 37-52

A IMPORTÂNCIA DA POSTURA DO JUIZ CRIMINAL PARA A DEFESA DO REGIME CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO À LIBERDADE
..... Vol. 6, 63-76

A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MARIA DA PENHA SOB O PRISMA DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL
..... Vol. 5, 59-72

A INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: INTERPRETAR É ARGUMENTAR POR MEIO DE PRINCÍPIOS
..... Vol. 5, 197-214

A LIBERDADE DE IMPRENSA FRENTE AO DIREITO À PRIVACIDADE
..... Vol. 5, 159-172

AMICUS CURIAE: O PLURALISMO DEMOCRÁTICO E O PROCESSO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL
..... Vol. 2, 270-289

APONTAMENTOS PARA UM CONCEITO JURÍDICO DE CIDADANIA
..... Vol. 1, 31-72

A POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS CHAMADAS POLÍTICAS PÚBLICAS
..... Vol. 1, 380-392

A QUESTÃO DA INEFICÁCIA SOCIAL DA CONSTITUIÇÃO E OS NOVOS RUMOS NA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
..... Vol. 2, 351-368

AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL
..... Vol. 4, 339-348

A VOTAÇÃO UNÂNIME NO JÚRI E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL
..... Vol. 2, 290-306

BREVES NOTAS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA OBEDIÊNCIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS
..... Vol. 5, 73-86

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: EVOLUÇÃO E FRAGILIDADES – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
..... Vol. 1, 176-198

CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE
..... Vol. 5, 505-518

DIREITO CONSTITUCIONAL À INFORMAÇÃO: REFLEXOS SOBRE GARANTIAS POSSÍVEIS
..... Vol. 3, 575-590

ENSAIO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO PROVIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO
..... Vol. 5, 347-360

HABEAS CORPUS E O DIREITO AO SILÊNCIO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: GARANTIA CONSTITUCIONAL OU MUNIFICÊNCIA DOS TRIBUNAIS
..... Vol. 4, 129-138

INCONSTITUCIONALIDADE DA URNA ELETRÔNICA
..... Vol. 3, 279-286

LIBERDADE CONSTITUCIONAL DE GÊNERO: LEI MARIA DA PENHA
..... Vol. 5, 315-332

MINISTÉRIO PÚBLICO – TRAÇOS DE SUA ORIGEM
..... Vol. 1, 260-278

NOVA LEI FRANCESA DE LAICIDADE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: ENSAIO INTRODUTÓRIO
..... Vol. 6, 317-358

O CONSTITUCIONALISMO ECONÔMICO: ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA PROPRIEDADE PRIVADA E O DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE
..... Vol. 4, 267-286

O CONTROLE JURISDICIONAL DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL – A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO E O MANDADO DE INJUNÇÃO
..... Vol. 3, 95-112

O PODER MODERADOR COMO ORIGEM DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL
..... Vol. 4, 195-224

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE EM FACE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA BOA-FÉ
..... Vol. 2, 105-113

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA VALIDADE NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES PRIVADAS
..... Vol. 1, 336-362

PONDERAÇÃO CONSTITUCIONAL – A LIBERDADE DO ÓRGÃO JURISDICIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
..... Vol. 5, 299-314

RECALL: INSTRUMENTO GARANTIDOR DA LEGITIMIDADE REPRESENTATIVA
..... Vol. 1, 242-249

SÚMULAS VINCULANTES
..... Vol. 4, 225-236

UMA NOVA ROUPAGEM PARA A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
..... Vol. 5, 471-480

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

CONFLITO ENTRE A SEPARAÇÃO DOS PODERES E OS PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO INTEGRAL E PRIORIDADE ABSOLUTA: DIREITOS GARANTIDOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
..... Vol. 2, 236-243

O INSTITUTO PRESCRICIONAL NA AÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
..... Vol. 3, 407-418

DIREITO DE FAMÍLIA

ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR PARCEIROS HOMOSSEXUAIS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE
..... Vol. 3, 125-148

ADOÇÃO DE FATO E A POSSIBILIDADE DE SEU RECONHECIMENTO PÓSTUMO
..... Vol. 5, 553-578

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: DO PRECONCEITO À JUSTIÇA
..... Vol. 5, 529-544

A FAMÍLIA PELA ÓPTICA PSICANALÍTICA
..... Vol. 5, 147-158

O RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR
..... Vol. 3, 419-436

O SUPRIMENTO DE IDADE PARA MATRIMÔNIO FRENTE À MODIFICAÇÃO PENAL
..... Vol. 3, 287-298

DIREITO DO CONSUMIDOR

APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC NA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS VIA REDE ELETRÔNICA
..... Vol. 4, 115-128

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA NA DEFESA DO CONSUMIDOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
..... Vol. 5, 393-402

DIREITO DO TRABALHO

AS RELAÇÕES LABORAIS E O USO DAS TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS: O CASO ESPANHOL
..... Vol. 2, 244-259

O TELETRABALHO DENTRO DE UMA VISÃO MAIS AMPLA DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA
..... Vol. 3, 507-522

PRESSÃO, SOBRECARGA DE TRABALHO E REALIZAÇÃO DE TAREFAS FORA DA JORNADA DE TRABALHO – A FACE MAIS OBJETIVA DO ASSÉDIO MORAL
..... Vol. 6, 207-226

UMA NOVA MANEIRA DE TRABALHAR: TELETRABALHO – CONCEITO E A LEI APLICÁVEL
..... Vol. 3, 113-124

DIREITO ECONÔMICO

O PAPEL DO DIREITO ECONÔMICO COMO FATOR DE CONCILIAÇÃO ENTRE O LIBERALISMO E O SOCIALISMO
..... Vol. 2, 307-323

DIREITO ELEITORAL

A DUPLA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA SOB A ÓTICA DA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (LEI Nº 9.096/95)
..... Vol. 4, 139-152

DIREITO EMPRESARIAL

A REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO
..... Vol. 5, 37-58

CÓDIGO CIVIL DE 2002: A RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRADOR NÃO-SÓCIO E AS SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIAS LTDA
..... Vol. 1, 319-335

LIMITAÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL: ESPECULAÇÃO NA NOVA LEI DE FALÊNCIA
..... Vol. 5, 595-606

LIVRE CONCORRÊNCIA
..... Vol. 5, 215-228

DIREITO INTERNACIONAL

DIREITO DA INTEGRAÇÃO: CAMINHO RUMO AO FIM DA SOBERANIA DOS ESTADOS?
..... Vol. 5, 481-504

GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E DIREITO DO CONSUMIDOR COMPARADO: COTEJO DAS NORMAS DE DIREITO DO CONSUMIDOR DOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL
..... Vol. 6, 35-48

IBAS: REALIDADES E PERSPECTIVAS
..... Vol. 5, 361-376

OS PROCEDIMENTOS DE TOMADA DE DECISÕES DO CONSELHO GERAL DA OMC, EXPRESSÃO OU NÃO DE DEMOCRACIA? UMA ANÁLISE DO ARTIGO IX DA ATA DE MARRAQUECHE
..... Vol. 5, 121-146

OS PROBLEMAS DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO: UMA VISÃO JURÍDICA, ECONÔMICA E COMERCIAL
..... Vol. 6, 19-34

DIREITO PENAL

A APLICAÇÃO DA EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE DO ART. 128, II, DO CÓDIGO PENAL AOS CASOS SE ANENCEFALIA: PREVALÊNCIA EXCEPCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA SOBRE O DIREITO À VIDA
..... Vol. 3, 185-206

A CONCEPÇÃO MATERIAL DO TIPO PENAL E A IMPORTÂNCIA DA INSIGNIFICÂNCIA COMO CAUSA DE EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE
..... Vol. 1, 214-224

A CONTEMPORANEIDADE E O TRATAMENTO DOS ESTRANHOS À COMUNIDADE
..... Vol. 3, 263-278

A LEGÍTIMA DEFESA ANTECIPADA
..... Vol. 3, 299-312

APLICABILIDADE DA TENTATIVA NOS CRIMES UNISSUBSISTENTES
..... Vol. 3, 83-94

A RESPONSABILIDADE PENAL DO ESTADO POR CRIMES AO AMBIENTE
..... Vol. 3, 545-556

ASPECTOS POLÊMICOS DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA
..... Vol. 4, 181-194

DISCURSO SOBRE O SISTEMA PENAL – UMA VISÃO CRÍTICA
..... Vol. 3, 523-544

NOTAS AO SISTEMA HUMANISTA DE BECCARIA: BREVE CONTRIBUTO À CONSTRUÇÃO DE UMA ANTINOMIA ENTRE BECCARIA E KAFKA
..... Vol. 2, 41-56

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A ERA VIRTUAL DO PROCESSO JUDICIAL: A EXPERIÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS VIRTUAIS E O PROJETO DE LEI DE INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO
..... Vol. 3, 383-406

ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE: A EXEGESE DO §7º DO ART. 273 DO CPC
..... Vol. 3, 343-352

ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DA PARTE INCONTROVERSA DO PEDIDO: JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE?
..... Vol. 3, 369-382

APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DAS MULTAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
..... Vol. 5, 545-552

ATIVIDADE INSTRUTÓRIA DO MAGISTRADO, IMPARCIALIDADE E IGUALDADE PROCESSUAL
..... Vol. 5, 415-432

BREVE ANÁLISE SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL NO PROCESSO CIVIL COMO MECANISMO DE CELERIDADE E EFETIVIDADE PROCESSUAIS
..... Vol. 1, 306-318

DA POSSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POSSUÍREM EFEITO SUSPENSIVO
..... Vol. 3, 20

DIREITO PROCESSUAL E FILOSOFIA DO DIREITO: UMA VISÃO DO PROCESSO COM APORTE NA TEORIA DO DISCURSO – BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES
..... Vol. 4, 371-388

ESTUDO DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E O ERRO MATERIAL COMO CAUSA DE REVISÃO DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS
..... Vol. 2, 201-221

EXISTÊNCIA E VALIDADE DA RELAÇÃO PROCESSUAL
..... Vol. 1, 12-24

INSERÇÃO E PERSPECTIVAS DA TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO
..... Vol. 3, 497-506

JULGAMENTO FRACIONADO DA LIDE COM ANTECIPAÇÃO PARCIAL E DEFINITIVA DA TUTELA
..... Vol. 5, 183-196

O JULGAMENTO LIMINAR DAS AÇÕES REPETITIVAS E A MITIGAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACESSO À JUSTIÇA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL
..... Vol. 5, 255-270

O ÓBVIO QUE NÃO SE VÊ: A NOVA FORMA DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE
..... Vol. 2, 346-350

O PAPEL DO JUIZ NA TENTATIVA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO
..... Vol. 6, 147-174

O PROCESSO CIVIL NO ESTADO CONSTITUCIONAL E O FENÔMENO DA “COMMONLAWLIZAÇÃO” DO DIREITO BRASILEIRO
..... Vol. 6, 175-190

O RECURSO DE AGRAVO NA NOVA SISTEMÁTICA DA LEI 11.187/2005
..... Vol. 2, 114-140

PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O NOVO CONCEITO DE SENTENÇA E O PROBLEMA DA RECORRIBILIDADE
..... Vol. 4, 19-36

PRINCÍPIO DISPOSITIVO E O PUBLICISMO NO PROCESSO CIVIL
..... Vol. 3, 313-332

RECENTES ALTERAÇÕES DO CPC
..... Vol. 2, 157-188

DIREITO PROCESSUAL PENAL

A EFETIVAÇÃO DA DEFESA PENAL DATIVA COMO SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO
..... Vol. 5, 25-36

A IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO LEGISLATIVA ABSOLUTA A LIBERDADE PROVISÓRIA: UMA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL
..... Vol. 3, 53-70

A LEGÍTIMA DEFESA PERMANENTE FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DO JÚRI E DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO
..... Vol. 4, 359-370

A REVISÃO CRIMINAL, UM DIREITO NÃO SÓ DO CONDENADO, MAS TAMBÉM DA SOCIEDADE
..... Vol. 1, 202-213

A VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NA DOSIMETRIA DA PENA
..... Vol. 5, 271-298

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR (LEI 11.340/06)
..... Vol. 4, 105-114

CRITÉRIOS ORIENTADORES PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE: EM BUSCA DA DEVIDA ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
..... Vol. 1, 117-125

DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NO PROCESSO PENAL
..... Vol. 5, 377-392

DOS DEFEITOS DOS ATOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL
..... Vol. 2, 11-16

INQUÉRITO POLICIAL: APONTAMENTOS SOBRE SEU VALOR PARA A *PERSECUTIO CRIMINIS*
..... Vol. 5, 403-414

MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AGÊNCIA DE *ACCOUNTABILITY*: CIFRAS BRANCAS DA IMPUNIDADE E INTERRUPÇÃO DO SISTEMA DE- JUSTIÇA
..... Vol. 2, 90-104

O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL
..... Vol. 3, 461-470

TRIBUNAL DO JÚRI – UMA LEITURA DO ART. 487 DO CPP À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
..... Vol. 5, 433-454

UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PRISÃO PREVENTIVA
..... Vol. 5, 105-120

DIREITO TRIBUTÁRIO

A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS
..... Vol. 1, 103-115

CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: A BASE DE CÁLCULOS E O DESTINO DE SUA ARRECADAÇÃO
..... Vol. 2, 150-156

DIAGNÓSTICO DA INSTABILIDADE JURISPRUDENCIAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NO BRASIL
..... Vol. 4, 237-266

FUNDAMENTOS PRINCIPIOLÓGICOS DO DIREITO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL TRIBUTÁRIO
..... Vol. 4, 287-324

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: O LIMITE DA LEGALIDADE DA CONDUTA DO CONTRIBUINTE
..... Vol. 4, 73-90

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
..... Vol. 1, 363-379

TEORIA DO DIREITO

A POBREZA NO DIREITO E A POBREZA DO DIREITO
..... Vol. 4, 63-72

HÁ JUSTIÇA NO SÉCULO XXI SEM OPERADORES DO SÉCULO XXI?
..... Vol. 4, 389-410

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO – UMA BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA
..... Vol. 1, 279-305

SER E DEVER SER NA TEORIA KELSIANA DO DIREITO
..... Vol. 1, 94-102

UMA LEITURA DO DIREITO ALTERNATIVO
..... Vol. 3, 149-174

UM ESTUDO SOBRE A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA NO PENSAMENTO DE HANS KELSEN
..... Vol. 2, 222-235

ARGUMENTAÇÃO E HERMENÊUTICA

A LINGUAGEM JURÍDICA COMO ATO COMUNICATIVO: UMA CONCEPÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA
..... Vol. 2, 83-90

AS MOTIVAÇÕES DA SENTENÇA E A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: UMA NOVA CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA
..... Vol. 6, 113-136

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS
..... Vol. 2, 141-149

REGRAS, PRINCÍPIOS, VALORES E POSTULADOS PARA BEM APLICAR O DIREITO
..... Vol. 6, 257-282

CIÊNCIA POLÍTICA

ANÁLISE DO FEDERALISMO ANTI-COOPERATIVO BRASILEIRO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 88: UMA REFORMULAÇÃO NECESSÁRIA
..... Vol. 3, 241-262

A PASSAGEM DA LIBERDADE NATURAL PARA A LIBERDADE CONVENCIONAL: DILEMAS DA SOCIEDADE CONTRATUAL
..... Vol. 4, 91-104

CIDADANIA, DIREITO, LIBERDADE E NOVA ÉTICA URBANA
..... Vol. 1, 225-241

DEMOCRACIA NO PODER JUDICIÁRIO
..... Vol. 1, 250-259

PRESIDENCIALISMO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA
..... Vol. 6, 283-306

UMA ANÁLISE DA IDÉIA DE LIBERDADE NAS DIFERENTES FASES DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
..... Vol. 5, 333-346

PSICOLOGIA JURÍDICA

A AÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA FRENTE AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
..... Vol. 5, 173-182

FILOSOFIA

A CONCEPÇÃO DE TEMPO NO LIVRO XI DAS CONFISSÕES DE SANTO AGOSTINHO
..... Vol. 1, 25-30

A PROVA ONTOLÓGICA EM ANSELMO, TOMÁS DE AQUINO E EM DESCARTES
..... Vol. 2, 17-26

CONCEPÇÕES DE DIREITO E DE ESTADO DOS SOFISTAS
..... Vol. 6, 137-146

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DA FILOSOFIA
..... Vol. 6, 57-62

JUSTIÇA COMO EQÜIDADE EM JOHN RAWLS: UMA LEITURA ACERCA DO SEU STATUS DE TEORIA ALTERNATIVA
..... Vol. 1, 393-399

MORALIDADE E LEIS DE NATUREZA EM HOBBES
..... Vol. 4, 459-472

O HOMEM ANGUSTIADO
..... Vol. 5, 99-104

PEDAGOGIA E METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR

A EDUCAÇÃO POPULAR EM PAULO FREIRE: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO ESTAÇÃO DE DIREITOS COMO SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA
..... Vol. 4, 325-338

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DISCIPLINA DIREITO E DESENVOLVIMENTO NOS CURSOS JURÍDICOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
..... Vol. 4, 53-62

A NOVA DISCIPLINA DO CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CURSOS JURÍDICOS: DIREITO MINERÁRIO
..... Vol. 5, 519-528

INTERDISCIPLINARIDADE: UMA CONCEPÇÃO EMERGENTE NO ENSINO SUPERIOR DE DIREITO
..... Vol. 3, 231-240